

**A.I. N.º** - 232943.0010/02-6  
**AUTUADO** - RAFAEL DE SOUZA ROCHA & CIA. LTDA.  
**AUTUANTE** - REGINALDO CAVALCANTE COELHO  
**ORIGEM** - IFMT-DAT/SUL  
**INTERNET** - 24/07/2002

### 3ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

#### ACÓRDÃO JJF Nº 0232-03/02

**EMENTA:** ICMS. DOCUMENTOS FISCAIS. NOTAS FISCAIS. FALTA DE EMISSÃO DA DOCUMENTAÇÃO FISCAL CORRESPONDENTE. MULTA POR DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA. Imputação não elidida. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

#### RELATÓRIO

O presente Auto de Infração, lavrado em 26/01/02, refere-se a aplicação de penalidade pela falta de emissão de notas fiscais de saída de mercadorias nas vendas a consumidor, exigindo-se a multa no valor de R\$ 600,00, disposta no artigo 42, inciso XIV-A, “a”, da Lei nº 7.014/96, com redação dada pela Lei nº 7.753/00.

O autuado apresentou impugnação alegando que o preposto fiscal considerou o valor de R\$ 32,29 como o somatório dos valores das notas fiscais/cupons fiscais, quando o correto seria R\$ 132,34. Disse estar anexando cópia da leitura “x” onde consta venda bruta no valor de R\$ 132,34, bem como dos cupons fiscais nºs 7906 e 7907, visando comprovar que o horário da mencionada leitura ocorreu às 7:11 h, enquanto o Auto de Infração foi lavrado às 9:56 h. Aduziu que a diferença encontrada ocorreu em função do horário de verão e atraso no relógio da máquina. Ao final pediu a improcedência da autuação.

O fiscal designado a prestar a informação fiscal, disse que o documento anexado pelo autuado foi emitido depois de iniciada a ação fiscal, conforme se observa pelo documento à fl. 12. Entende que a infração ficou comprovada nos autos, inclusive através do Termo de Auditoria de Caixa que foi assinado pelo autuado.

#### VOTO

Diante dos elementos constitutivos do presente PAF, entendo que ficou caracterizado que o contribuinte realizou operações de vendas sem a emissão da documentação fiscal correspondente.

De acordo com os documentos anexados pelo autuante, ficou evidente que não assiste razão ao autuado, em relação às suas alegações, já que a leitura “x” (fl. 05) foi emitida às 7:07h, do dia 26/01/02, dando início à ação fiscal e comprovando a venda bruta de apenas R\$ 32,29.

O Termo de Auditoria de Caixa, anexado à fl. 06, com a assinatura do representante legal do autuado, comprova que o numerário encontrado no momento acima citado era no valor de R\$ 135,00. Portanto, conforme entendimento já pacificado neste CONSEF, a diferença entre o valor

encontrado no caixa e o registrado nos documentos fiscais, ou seja, R\$ 102,71, corresponde a venda de mercadorias sem a emissão da documentação fiscal exigível.

Vale ainda ressaltar, que a peça defensiva negou o cometimento da infração, porém não apresentou nenhum elemento que pudesse contrapor a prova trazida aos autos pelo autuante. Pelo que dispõe o art. 143, do RPAF/99, a simples negativa do cometimento da infração não desonera o sujeito passivo de elidir a presunção de legitimidade da autuação fiscal.

Os artigos 142, VII e 220, I, do RICMS/97, determinam que é obrigação do contribuinte entregar ao adquirente, ainda que não solicitado, o documento fiscal correspondente às mercadorias cuja saída efetuar, devendo a Nota Fiscal ser emitida antes de iniciada a saída das mercadorias.

Do exposto, voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

## RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 3ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº 232943.0010/02-6, lavrado contra **RAFAEL DE SOUZA ROCHA FILHO & CIA. LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento da multa no valor de **R\$ 600,00**, prevista no art. 42, inciso XIV-A, “a”, da Lei nº 7.014/96, com redação dada pela Lei nº 7.753/00.

Sala das Sessões do CONSEF, 17 de julho de 2002.

DENISE MARA ANDRADE BARBOSA - PRESIDENTE

LUÍS ROBERTO DE SOUSA GOUVÊA - RELATOR

TERESA CRISTINA DIAS CARVALHO - JULGADORA